

As estatísticas do espiritismo no censo brasileiro

Statistics on Spiritism in the Brazilian Census

Fábio L. Stern*
Adair Ribeiro Júnior**

Resumo

Este artigo analisa a trajetória demográfica do espiritismo kardecista no Brasil utilizando dados censitários do IBGE de 1940 a 2022. A pesquisa demonstra que a evolução quantitativa dos adeptos está intrinsecamente ligada a mudanças metodológicas na apuração, notadamente a crucial distinção das religiões afro-brasileiras em 1980, que redefiniu o perfil estatístico do grupo. O estudo identifica um padrão de crescimento constante, interrompido apenas por ajustes metodológicos ou crises institucionais, e consolida um perfil socioeconômico distintivo: o espiritismo se caracteriza como a religião com maior proporção de brancos no Brasil e pela mais alta escolaridade e renda entre as principais denominações, com predominância feminina e conversão majoritariamente na idade adulta. A análise do Censo 2022, que apontou uma inédita retração, é complementada por uma discussão sobre as dificuldades na coleta dos dados.

Palavras-chave: Espiritismo. Estatísticas religiosas. Allan Kardec. Demografia religiosa. Censo 2022.

Abstract

This article examines the demographic trajectory of Kardecist Spiritism in Brazil using census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) from 1940 to 2022. The research shows how methodological changes in data collection, particularly the crucial distinction from Afro-Brazilian religions in 1980, fundamentally reshaped the group's statistical profile. The study identifies a pattern of steady growth, interrupted only by methodological adjustments or institutional crises, and reveals a distinctive socioeconomic profile: Spiritism is characterized as the religion with the highest proportion of white people in Brazil and the highest levels of education and income among the main denominations, with a predominantly female membership and adult conversion pattern. The analysis of the 2022 Census, which pointed to an unprecedented decline, is complemented by a discussion of the difficulties in data collection.

Keywords: Spiritism. Religious statistics. Allan Kardec. Religious demographics. Brazilian Census 2022.

Artigo submetido em 30 de agosto de 2025 e aprovado em 28 de maio de 2026.

* Doutor e Mestre em Ciência da Religião pela PUC-SP. Professor do Programa em Ciência da Religião da PUC-SP. País de origem: Brasil. ORCID: 0009-0000-6566-7445. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br.

** Mestre e Doutorando em Ciência da Religião pela PUC-SP. País de origem: Brasil. ORCID: 0009-0000-6030-1321. E-mail: adairrj@gmail.com.

Introdução

A tentativa de quantificar o número de seguidores de uma religião é um desafio complexo, permeado por questões de definição, metodologia e acesso a dados confiáveis. Apenas 59 dos 193 países reconhecidos pela ONU incluem perguntas em seus censos oficiais sobre religião, e destes, uma minoria o faz, de fato, com força censitária, ou seja, entrevistando toda a população (UNSD, 2023). O mais corriqueiro, quando ocorrem pesquisas desse tipo, é que os países recorram a levantamentos amostrais, ou então — o mais comum —, que confiem nos dados apresentados pelas próprias religiões.

Mas como explica Willaime (2012), estatísticas de fiéis construídas pelas próprias religiões são usualmente feitas segundo critérios que lhes são convenientes e com baixo rigor científico, sem considerar o grau real de engajamento. Tomando o exemplo do catolicismo, até hoje a igreja tende a considerar dados de batistérios ao redor do mundo para estimar seus adeptos, sendo que um número considerável de pessoas batizadas sequer pisa na igreja há anos. É nesse sentido que o Brasil se destaca no mundo: entre o terço de países que incluem dados sobre religião em seus censos, o país está entre a minoria que o faz questionando toda a população para apresentar dados mais precisos sobre a situação nacional.

Em sua série de relatórios metodológicos, o IBGE (2013, p. 337) explica sua metodologia de coleta de dados sobre religião, desenvolvida em parceria com o Instituto de Estudos da Religião (ISER). Os recenseadores registram a religião autodeclarada de cada morador, evitando respostas generalizadas como apenas “evangélico”, “protestante” ou “católico”, pedindo detalhes em caso de dúvidas para priorizar a especificidade. O sistema utiliza um banco de dados pré-carregado em computadores de mão, que sugere opções codificadas ao digitar as três primeiras letras da religião declarada. Mas caso não se encontre o que foi dito, a nova denominação é adicionada manualmente pelo recenseador.

Muito já se discutiu sobre os limites de tal método, e o próprio IBGE (2013, p. 337) admite seu viés cristocêntrico (descrito como “ocidental” no documento) e dificuldade em categorizar os não cristãos e pessoas menores de idade, que

usualmente são classificadas como seguindo a religião da mãe, o que leva a subnotificações. No livro de Teixeira e Menezes (2013) sobre o Censo 2010, vários acadêmicos apontaram outras fragilidades, como precariedade das perguntas, que não incluem questões sobre prática religiosa (Brandão, 2013; Mafra, 2013), identidade complexa dos afro-religiosos, já que o estigma escravocrata muitas vezes força um sincretismo e autonegação (p. ex., umbandistas que respondem ser “espíritas”) (Prandi, 2013) e críticas gerais sobre reificação de identidades religiosas (Lewgoy, 2013; Menezes, 2013). Em outras palavras, o IBGE tende a compreender religião de maneiras institucional e unidimensional, falhando em captar a pluralidade emergente do campo religioso e as múltiplas pertencas.

No entanto, a análise disponível, mesmo que sujeita a críticas, oferece *insights* valiosos sobre a dinâmica das religiões. O censo do IBGE permanece fundamental para a ciência da religião por ser a única fonte nacional abrangente, longitudinal (com dados desde 1872) e georreferenciada, permitindo análises macrossociais comparativas sobre mudanças no campo religioso brasileiro. Sua padronização oferece um ponto de partida empírico para estudos qualitativos, além de revelar tendências estruturais que moldam debates acadêmicos. Assim, mesmo com limitações, seu alcance e historicidade o tornam um instrumento essencial de pesquisa.

Este artigo argumenta que a trajetória demográfica do espiritismo é indissociável das categorias censitárias que a produzem, de modo que as rupturas numéricas refletem, sobretudo, redefinições políticas e epistemológicas do que o Estado entende por espírita. Traçamos a trajetória demográfica do espiritismo no Brasil, da sua introdução em meados do século XIX até 2022, utilizando como principal fonte os dados dos censos demográficos do IBGE. A análise revelará uma história de crescimento constante, mas não linear, influenciada por fatores metodológicos na própria forma como o Estado brasileiro categoriza e contabiliza a filiação religiosa.

1. Dados iniciais do espiritismo no Brasil

O espiritismo surgiu na França em meados do século XIX, impulsionado pela obra de Allan Kardec e pelo interesse em fenômenos mediúnicos. Apesar da

rápida expansão — com estimativas do próprio Kardec (2005 [1869], pp. 19-29) de até 600 mil adeptos na França em 1869 —, os censos franceses da época não registravam o espiritismo (Legoyt, 1872), possivelmente por sua natureza não institucionalizada e pela resistência da Igreja Católica, que o combateu ativamente, incluindo suas obras no *Index Librorum Prohibitorum* em 1864 (Cuchet, 2012, pp. 371-380). Kardec baseou suas estatísticas em assinaturas de revistas e correspondências, mas a falta de metodologia oficial e a sobreposição com outras correntes espiritualistas dificultam a precisão dos dados.

Segundo o próprio Kardec (2005 [1869], pp. 19-29), o movimento se destacou por atrair principalmente homens letrados da classe média, refletindo sua autoidentificação como “ciência” em um contexto em que mulheres tinham pouca participação intelectual (Statistique de la France, 1873). Embora Kardec (s.d. [1862]) tenha relatado “milhares de adeptos” em cidades como Lyon e Paris, o espiritismo não consolidou raízes profundas na França, ao contrário do Brasil, onde se tornou uma expressão religiosa significativa.

Menos de uma década após o lançamento na França, os primeiros exemplares de *O Livro dos Espíritos* chegaram ao Brasil. O primeiro agrupamento espírita brasileiro foi o Grupo Familiar do Espiritismo, fundado em 1865 por Teles de Menezes, em Salvador (Loureiro, 2021). Inicialmente restrito a círculos da elite imperial, o espiritismo rapidamente se disseminou por outras camadas da sociedade, encontrando um terreno fértil para o seu desenvolvimento em um contexto marcado por forte influência da igreja católica e outras tradições espiritualistas africanas e indígenas.

Para Damazio (1994), ainda que o espiritismo tenha sido introduzido no país graças, principalmente, a pessoas cultas e influentes na sociedade, sua propagação se deu pela multiplicação de grupos familiares. O atendimento mediúnico e parte da terminologia espírita propiciaram hibridismos com os cultos afro-brasileiros; em um fenômeno de hibridização similar ao que ocorreu entre os orixás e os santos católicos. A prática de uma “medicina mágica” em um período de baixo número de médicos formados no Brasil (cf. Gurgel, 2010) teria ajudado na expansão da doutrina e no crescimento de centros espíritas no Rio de Janeiro, muitos deles anexados às farmácias homeopáticas. Esse aspecto

taumaturgico favoreceu a difusão do espiritismo por todas as classes sociais, notadamente as menos favorecidas, em um contexto no qual a população carecia de acesso adequado à saúde e mantinha vivas as tradições de tratamentos populares alternativos (Damazio, 1994, p. 154).

Com a chegada ao Rio de Janeiro e a fundação dos primeiros agrupamentos e entidades que se propuseram a representar os espíritas, ocorreu uma disputa interpretativa sobre a caracterização da doutrina espírita. Um grupo emicamente denominado de “espíritas científicos” entrou em tensão com os chamados “espíritas místicos”, que interpretaram o espiritismo com ênfase em seu caráter religioso (Ribeiro Júnior, 2022). Em 1884, a Federação Espírita Brasileira (FEB) foi fundada, tornando-se a principal responsável, através de seu presidente Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900), por institucionalizar a visão religiosa do espiritismo no país. Para Lewgoy (2011), Bezerra de Menezes, aproveitando-se do seu prestígio e da confusão causada pelo Código Penal de 1890, que criminalizou a prática do espiritismo — colocando-a ao lado da cartomancia, magia, sortilégios e curandeirismo (Brasil, 1890, Art. 157) —, estabeleceu a “orientação pelo Evangelho” como divisa e bandeira do movimento espírita nacional, consolidando a vertente mística (Lewgoy, 2011). Com a Proclamação da República em 1889 e a nova Constituição de 1891 (Brasil, 1891), iniciou-se o processo de secularização no país. Apesar do abrigo constitucional formal, o espiritismo e outras tradições mediúnicas foram perseguidos até meados dos anos 1940, quando ocorreu a revogação do Código Penal de 1890 (Ribeiro Júnior, 2022).

No *Correio Paulistano* de junho de 1890, encontram-se os primeiros números com as estimativas de espíritas na capital São Paulo. Em uma matéria política, Nogueira (1890, p. 3) constou que existiriam cerca de 3.000 adeptos, enquanto um ano e meio antes, estes não passavam de 1.000. Os primeiros dados sobre o número de adeptos do espiritismo no país foram fornecidos por Affonso Angeli Torteroli (1849-1928), líder dos “espíritas científicos” e responsável pela realização do 1º Congresso Espírita do Brasil. Segundo Torteroli, o número de espíritas era da ordem de 24.000 em 1898 (Gazeta da Tarde, 1898, p. 1; Ribeiro Júnior, 2022, p. 268). Em 1900, quando foi realizado o 3º Congresso Espírita do

Brasil, o número estimado pela própria organização do evento foi de 30.000 espíritas (A Imprensa, 1900, Edição 703, p. 4). João do Rio (1904), considerado pioneiro em pesquisas de campo sobre religiões no Rio de Janeiro, estimou o número de espíritas na cidade no início do século XX em 100.000 adeptos. Do Rio (1904) é um dos primeiros a incluir como espíritas os adeptos das demais tradições mediúnicas, qualificando-as de “baixo espiritismo”, expressão usada na época para diferenciar determinados grupos espíritas de formas culturais sincréticas africanas.

O arcebispo metropolitano de Olinda, Dom Sebastião Leme, em sua Carta Pastoral de 1916, alertou as autoridades católicas sobre o crescimento do espiritismo no Brasil:

Sessões espíricas, recados de além-tumulo, mediums, passes, mesas rodantes, tenebrosas pharmacias, duvidosas receitas e toda uma serie infinda de escamoteações ou artimanhas [...] que dilatados horizontes para a exploração da religiosidade popular! Com mágoa assistimos á invasão ameaçadora do Espiritismo, ao qual, sempre avido de maravilhas, facilmente se filia o povo (Leme, 1916, p. 47).

2. Espiritismo nos primeiros censos

Em 1940, após uma reestruturação dos serviços de estatística, realizou-se o V Recenseamento Geral do Brasil sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1938 a partir do Instituto Nacional de Estatística (IBGE, s.d.). No Censo 1940, o espiritismo — agora categorizado como religião — apareceu como o terceiro maior grupo religioso, com 463.400 praticantes, equivalendo a 1,12% da então população brasileira (IBGE, 1950, Tabela 4). A concentração maior estava localizada no estado de São Paulo, seguido do então Distrito Federal (atual município do Rio de Janeiro).

Com a aproximação do Censo 1950, a FEB orientou, através de seu jornal *Reformador*, que os adeptos do espiritismo declarassem aos recenseadores que eram espíritas (FEB, 1948a, 1948b, 1949a, 1949b). Algo similar já havia ocorrido com a Federação Espírita do Rio Grande do Sul através de sua revista *Reencarnação*, quando no Censo 1940 se soube que agentes oficiais do censo consideravam que o espiritismo não era uma religião (Amorim, 1949).

O número de cidadãos que se declararam espíritas nesse segundo censo saltou para 824.553, passando a equivaler a 1,59% da população de 1950, mantendo o espiritismo como o terceiro maior grupo religioso, atrás apenas dos católicos e dos protestantes. Segundo o IBGE (1950, p. 72), a Serra dos Aimorés estava em disputa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Posteriormente, a justiça decidiu-se pela entrega do território a Minas Gerais. Assim, os dados desse território já estão somados aos dos mineiros na Tabela 1. Em todos os estados, com exceção de Goiás, o número de pessoas se declarando espíritas aumentou, chegando a triplicar em Pernambuco, a quadruplicar no Sergipe e a septuplicar em Mato Grosso.

No Censo 1960, foi novamente registrado crescimento do número de espíritas no Brasil em mais de 70% dos estados/territórios listados pelo IBGE. Novamente o espiritismo apareceu como o terceiro maior grupo religioso do Brasil, atrás apenas do catolicismo romano e do protestantismo. Dos poucos estados que registraram queda, apenas o Mato Grosso perdeu mais da metade do número de espíritas em comparação com a década anterior (IBGE, 1960).

Tabela 1 – Censos 1940 a 1960

Estado	1940		1950		1960	
	espíritas	pop. total	espíritas	pop. total	espíritas	pop. total
AC	127	79.768	184	114.755	225	160.208
AL	1.934	951.987	2.169	1.093.137	1.854	1.271.062
AM	1.565	438.008	1.626	514.099	1.472	721.215
AP	-	-	41	38.374	160	68.889
BA	5.879	3.918.112	12.428	4.834.575	17.940	5.990.605
CE	2.598	2.091.032	5.903	2.695.450	6.114	3.337.856
DF ¹	-	-	-	-	2.322	141.742
ES	13.624	750.107	18.296	861.562	22.189	1.418.348
GO	17.122	826.414	12.594	1.214.921	68.318	1.626.376
Guanabara	75.149	1.764.141	123.775	2.377.451	139.431	3.307.163
MA	1.030	1.235.169	2.017	1.583.248	2.254	2.492.139
MG	59.611	6.763.368	115.187	7.782.188	129.347	9.960.040
MT	5.899	432.265	44.198	522.044	15.419	910.262
PA	2.052	944.644	2.847	1.123.273	7.469	1.550.935
PB	1.137	1.422.282	2.691	1.713.259	2.445	2.018.023
PE	6.638	2.717.440	19.237	3.395.185	19.214	4.138.289
PI	195	815.711	507	1.045.696	1.007	1.263.368
PR	9.421	1.236.276	26.230	2.115.547	37.870	4.296.375
RJ	42.277	1.847.334	64.501	3.307.163	94.756	3.402.728
RN	920	768.018	1.744	967.921	1.738	1.157.258
RO	-	-	-	-	135	70.783
RR	-	-	38	17.623	57	29.489
RS	56.113	3.320.689	115.552	4.164.821	147.156	5.448.823
SC	4.247	1.178.340	7.537	1.560.502	9.945	2.146.909
SE	457	542.326	2.184	644.361	2.059	760.273
SP	155.037	7.180.316	242.972	9.134.423	244.022	12.974.699

Fonte: Elaboração dos autores (2025), com base em IBGE (1950, Tabela 53; 1950, Tabela 42; 1960, Tabela 36).

Esse crescimento, portanto, não reflete apenas uma expansão orgânica da doutrina, mas também uma resposta bem-sucedida à convocação das lideranças espíritas, que souberam operar dentro da lógica censitária para consolidar o espiritismo como uma religião de censo.

Nos censos realizados até aquele momento, as religiões afro-brasileiras e o

¹ O Distrito Federal dos censos de 1940 e 1950 diz respeito ao estado da Guanabara em 1960, de quando a capital federal era o Rio de Janeiro. Com a transferência da capital para Brasília, o novo Distrito Federal passou para a região centro-oeste. Nesta tabela, os dados do antigo Distrito Federal já estão listados como dados do então estado da Guanabara.

espiritismo foram classificados como sendo a mesma tradição. Somente em 1964, pressionado pelo movimento espírita, o IBGE passou a distinguir “kardecismo” de “umbanda” (Monteiro; D’Oliveiro, 1997, p. 30). Em 1969, o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política publicou um livro sobre o ramo kardecista do culto espírita (Brasil, 1969). Os dados foram produzidos com os dirigentes das instituições espíritas — às quais foram chamadas de “templos” no documento — que estavam devidamente registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Foram computados também os respectivos frequentadores de cada instituição. Entre os estados com mais instituições espíritas, foram registradas 1.017 em São Paulo, 400 em Minas Gerais, 288 no Rio Grande do Sul, 196 no Rio de Janeiro e 171 no estado da Guanabara. Com relação ao número de adeptos, o levantamento mostrou que 161.740 dos adeptos eram de São Paulo, 85.344 de Minas Gerais, 83.306 da Guanabara, 81.075 do Rio Grande do Sul e 46.574 do Rio de Janeiro. À época, o território de Roraima ainda não possuía instituição espírita formalizada. Esses dados apontaram, seguindo as tendências anteriores dos censos, que os estados com maior número de espíritas eram os mais desenvolvidos economicamente.

3. Os censos da ditadura militar

Segundo De Oliveira e Simões (2005, p. 293), “o Censo de 1970 é considerado um marco divisório na história dos censos demográficos brasileiros, tanto no que diz respeito à organização, à riqueza de detalhes, como à confiabilidade dos números”. Em decorrência do momento histórico e da instabilidade política da década de 1960 — com a renúncia de Jânio Quadros, o golpe empresarial-militar contra João Goulart e a repressão da ditadura —, seus resultados não foram divulgados imediatamente, principalmente por comprovarem o aumento da pobreza sob a gestão militar. Foi somente em 1978, quase uma década após o recenseamento, que os dados se tornaram públicos.

Sob a ingerência da extrema-direita, o censo sofreu alteração de método, refletindo uma visão mais restrita do que seria “religião”. Apenas três denominações foram consideradas válidas: católicos romanos, evangélicos e espíritas. Todas as demais religiões foram agrupadas em “outras” ou em “sem religião”, caso o que fosse declarado não fosse compreendido como “religião”.

verdadeira” (IBGE, 1978, p. xxviii). Nesse cenário, o espiritismo apareceu com 1.178.293 adeptos (1,27% da população). Com exceção dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e Acre, a religião manteve crescimento populacional em todos os estados da federação.

O Censo 1980 também foi organizado durante a ditadura. Assim como o anterior, seus resultados foram publicados com atraso, embora tenham sido menos censurados que os de 1970, haja vista o desgaste do regime frente à sociedade civil e o já atuante processo de abertura na época. O novo censo também comprovou empiricamente o aprofundamento das desigualdades sociais sob a gestão militar, em oposição à propaganda de “milagre econômico” da extrema-direita, demonstrando em números a concentração de renda e terra, além de maior disparidade no acesso a serviços básicos de saúde, educação e saneamento (IBGE, 1983).

Para superar as críticas recebidas sobre o IBGE ter aceitado apenas três religiões no Censo 1970, em 1980 os recenseadores ampliaram as respostas válidas para os seguintes grupos: (1) católico romano, (2) protestante tradicional, (3) protestantismo pentecostal, (4) espírita kardecista, (5) espírita afro-brasileiro, (6) israelita/judaico, (7) oriental e (8) outras (IBGE, 1983, p. xxvii). Esta foi a primeira vez que as religiões afro-brasileiras receberam uma categoria própria, separada do kardecismo.

Esta foi a primeira vez que as religiões afro-brasileiras receberam uma categoria própria, separada do kardecismo. O grupo “espírita kardecista” englobou apenas aqueles que se declararam como “kardecistas”, “espíritas científicos”, “espíritas cristãos” e “racionalistas cristãos”. Essa separação metodológica teve um impacto profundo na análise demográfica, interrompendo a narrativa de crescimento linear do espiritismo observada nos censos anteriores. Assim, o Censo 1980 representa um ponto de inflexão analítica fundamental, pois a desagregação entre kardecismo e religiões afro-brasileiras revelou que a macrocategoria “espírita” utilizada anteriormente abrigava uma diversidade muito maior de crenças e práticas.

A queda nos números em vários estados — como no Espírito Santo, de

19.504 para 8.577, e no Rio Grande do Sul, de 140.558 para 64.556 – não reflete necessariamente uma evasão de fiéis, mas uma reconfiguração das identidades religiosas captadas pelas estatísticas públicas. Contudo, é notável que São Paulo manteve um crescimento robusto de 289.926 para 298.450.

Tabela 2 – Censos 1970 e 1980

Estado	1970		1980	
	espíritas	pop. total	espíritas	pop. total
AC	197	218.006	368	306.893
AL	2.476	1.606.174	1.476	2.011.875
AM	1.681	960.934	1.669	1.449.135
AP	205	116.480	61	180.078
BA	25.427	7.583.140	25.843	9.597.393
CE	6.828	4.491.590	7.153	5.380.432
DF	12.229	546.015	25.606	1.203.333
ES	19.504	1.617.857	8.577	2.063.679
GO	93.388	2.997.570	73.800	3.967.907
Guanabara	204.407	4.251.918	-	-
MA	3.379	3.037.135	2.101	4.097.231
MG	141.784	11.645.095	127.450	13.651.852
MS	-	-	10.945	1.401.151
MT	17.753	1.623.618	7.654	1.169.812
PA	10.132	2.197.072	7.171	3.507.312
PB	4.694	2.445.419	2.607	2.810.032
PE	26.294	5.253.901	25.791	6.244.275
PI	1.769	1.734.894	577	2.188.150
PR	35.715	6.997.682	25.663	7.749.452
RJ	122.170	4.858.406	125.257	11.489.797
RN	3.420	1.611.606	2.725	1.933.126
RO	319	116.620	761	503.125
RR	149	41.638	203	82.018
RS	140.558	6.755.458	64.556	7.942.722
SC	11.387	2.930.411	10.574	3.687.652
SE	2.502	911.251	2.478	1.156.642
SP	289.926	17.958.693	298.450	25.375.199

Fonte: Elaboração dos autores (2025), com base em IBGE (1978, Tabela 41; 1983, Tabela 1.10).

A drástica redução no número de espíritas em 1980, portanto, ilustra de forma paradigmática o poder performativo das classificações estatísticas. A

criação da categoria “espírita afro-brasileiro” não foi uma mera correção técnica, mas um ato político-epistemológico que rearranjou o campo religioso, separando oficialmente práticas que, até então, permaneciam interligadas. Como observa Prandi (2013), muitos umbandistas se declaravam “espíritas” como estratégia de legitimação social frente ao estigma. O censo de 1980 rompeu essa possibilidade, forçando uma clivagem que redefiniu o perfil estatístico de ambas as tradições.

Logo, com a nova classificação do IBGE, pela primeira vez o espiritismo deixou de ser listado como a terceira maior religião do Brasil, passando ao sexto lugar, atrás do catolicismo romano, protestantismo tradicional, protestantismo pentecostal, dos “sem religião” e de “outras religiões” (IBGE, 1983, Tabela 1.3).

4. Os censos da Nova República

Assim como no primeiro censo da ditadura, os resultados do Censo 1991 foram divulgados com significativo atraso. Segundo o IBGE (s.d.), a grave crise e o cenário de hiperinflação levaram a grandes cortes no orçamento do instituto, além de constantes atrasos nos repasses. Originalmente planejado para 1990, o recenseamento foi adiado para 1991 pelo governo Collor, e seus dados finais só se tornariam públicos em 1996, já após o *impeachment*. Nesse censo, o número de espíritas totalizou 1.644.355, o equivalente a 1,12% da população, marcando a retomada do crescimento dessa religiosidade em todo o país (IBGE, 1996).

A trajetória de expansão se consolidou nas décadas seguintes. No Censo 2000, a população totalizou 169.872.852, com 2.262.401 pessoas se declarando espíritas, elevando a participação para 1,33% (IBGE, 2000). A virada do século parece ter acelerado ainda mais esse crescimento. O Censo 2010 revelou um salto expressivo: dos 190.755.799 brasileiros, 3.848.876 identificaram-se como espíritas, representando 2,02% da população nacional (IBGE, 2012), um aumento de quase 70% em números absolutos em relação ao decênio anterior e o maior crescimento proporcional entre as principais religiões.

Outro aspecto demográfico que distinguiu o espiritismo de outros grupos religiosos foi a faixa etária de seus seguidores. Embora o número de adeptos tenha aumentado em todas as faixas etárias entre 2000 e 2010, os maiores

aumentos proporcionais se deram entre a população adulta. Na faixa até 14 anos, a variação foi de 44,33%, mas entre os maiores de 15 anos, o crescimento foi muito mais acentuado, atingindo 75,37% (IBGE, 2012). Esse dado corrobora a tese de que o espiritismo atrai majoritariamente conversões na idade adulta, e não por herança familiar. Consequentemente, o grupo apresenta um perfil mais envelhecido em comparação com a média nacional das outras denominações.

A análise dos censos mostrou a predominância de mulheres entre os espíritas (De Farias *et al.*, 2017). Para uma melhor ideia, em 1991 57,23% dos espíritas eram mulheres (IBGE, 1996). Em 2000, esses números subiram para 58,94% (IBGE, 2000), mantendo-se em 58,90% no Censo 2010 (IBGE, 2012). Além disso, conforme os três censos, o espiritismo se apresentou como a religião com maior proporção de pessoas brancas no Brasil. Em 1991, os brancos correspondiam a 74,37% dos espíritas brasileiros (IBGE, 1996). Em 2000, a percentagem aumentou para 75,60% (IBGE, 2000). Em 2010, diminuiu para 68,74% (IBGE, 2012).

Em 2010, os espíritas detinham os mais expressivos indicadores de educação e renda. O espiritismo possuía a maior proporção de pessoas com nível superior completo (31,5%) e as menores percentagens de indivíduos sem instrução (1,8%). O mesmo aconteceu em relação a rendimentos acima de cinco salários-mínimos, que totalizavam 19,7% nesse grupo religioso (IBGE, 2012).

Tabela 3 – Censos 1991 a 2010.

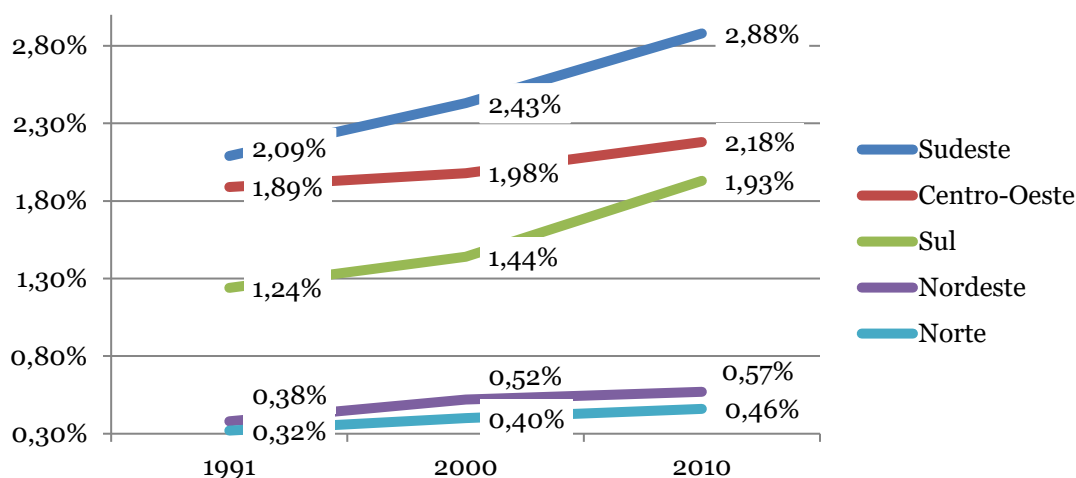
Estado	1991		2000		2010	
	espíritas	pop. total	espíritas	pop. total	espíritas	pop. total
AC	1.498	417.165	1.547	557.226	4.401	733.559
AL	5.612	2.512.991	9.091	2.819.172	15.602	3.120.494
AM	4.909	2.102.901	13.336	2.813.085	13.936	3.483.985
AP	780	288.690	1.350	475.843	2.678	669.526
BA	44.801	11.855.157	105.338	13.066.910	154.186	14.016.906
CE	21.802	6.362.620	24.108	7.418.476	50.714	8.452.381
DF	55.203	1.598.415	55.135	2.043.169	89.956	2.570.160
ES	23.945	2.598.505	22.457	3.094.390	35.150	3.514.952
GO	61.599	4.012.562	109.485	4.996.439	150.095	6.003.788
MA	5.596	4.929.029	5.933	5.642.960	13.150	6.574.789
MG	167.085	15.731.961	394.336	17.866.402	411.544	19.597.330
MS	19.998	1.778.741	30.714	2.074.877	46.531	2.449.024
MT	9.213	2.022.524	23.888	2.502.260	39.457	3.035.122
PA	17.589	5.181.570	25.673	6.189.550	30.324	7.581.051
PB	9.911	3.200.677	11.967	3.439.344	22.599	3.766.528
PE	42.759	7.122.548	79.155	7.911.937	35.186	8.796.448
PI	2.193	2.581.215	5.173	2.841.202	9.355	3.118.360
PR	48.909	8.443.299	61.448	9.558.454	104.445	10.444.526
RJ	303.382	12.783.761	471.370	14.367.083	639.597	15.989.929
RN	10.360	2.414.121	13.558	2.771.538	25.344	3.168.027
RO	4.510	1.130.874	6.065	1.377.792	9.374	1.562.409
RR	1.022	215.950	1.359	324.152	4.054	450.479
RS	129.131	9.135.479	189.680	10.181.749	342.206	10.693.929
SC	25.408	4.538.248	44.059	5.349.580	99.975	6.248.436
SE	6.788	1.491.867	12.607	1.781.714	22.748	2.068.017
SP	542.641	31.546.473	545.925	36.969.476	1.361.653	41.262.199
TO	3.091	920.116	5.964	1.155.913	2.767	1.383.445

Fonte: Elaboração dos autores (2025), com base em IBGE (1996, Tabela 4.1; 2000, Tabela 2.1.2; 2012).

Uma análise regional detalhada dos dados de 2010 demonstra que a distribuição dos espíritas continuou não sendo homogênea pelo território nacional. A Região Sudeste continuou consolidada como o grande reduto espírita, com 2,88% da população se declarando adepta da doutrina. Em seguida, apareceu a Região Centro-Oeste, com 2,18%. Tais dados são cruciais para uma

compreensão além dos números absolutos, pois demonstram a densidade da presença espírita. Embora a Região Sul tivesse, em números absolutos, mais espíritas que o Centro-Oeste, sua representatividade dentro da própria população regional foi menor, ficando em terceiro lugar com 1,93%. Essa concentração no eixo Sudeste e Centro-Oeste está intimamente ligada à urbanização e ao perfil socioeconômico médio dos adeptos, frequentemente associado a maiores níveis de escolaridade e renda.

Figura 1 – Percentual de espíritas nas regiões brasileiras



Fonte: Elaboração dos autores (2025), com base em IBGE (1996, Tabela 4.1; 2000, Tabela 2.1.2; 2012).

5. Censo 2022

Conforme ocorreu em outros períodos de crise institucional, a gestão de um governo de extrema-direita resultou em significativos atrasos e subfinanciamento do IBGE. Segundo Zanfer (2021), durante o governo Bolsonaro, o instituto sofreu cortes orçamentários drásticos. O então ministro Paulo Guedes chegou a sugerir que o instituto vendesse seus imóveis para bancar a pesquisa, em vez de garantir os recursos via Orçamento da União. Assim, após ser adiado de 2020 para 2021, o Censo recebeu uma verba irrisória de R\$ 71 milhões naquele ano – valor insuficiente até mesmo para a fase preparatória. Este cenário, agravado pela pandemia de COVID-19, fez com que a pesquisa fosse adiada uma segunda vez, sendo finalmente aplicada em 2022 sob um clima de grande desconfiança quanto à sua integridade e abrangência.

As consequências desse processo conturbado se estenderam à divulgação dos resultados. Apenas em 2025 os dados sobre religião foram liberados, e mesmo assim de forma parcial e preliminar. Segundo análise de Carrança (2025), os cortes e restrições impostas pelo governo prejudicaram todo o ciclo censitário. A verba inviabilizou a contratação de um número adequado de recenseadores, a aquisição de tecnologia e a manutenção da infraestrutura mínima para processar a massa de dados. Identificaram-se, ainda, problemas de qualidade em parte das entrevistas, como inconsistências e ambiguidades nas respostas, que demandaram um tempo extra para validação e tratamentos estatísticos corretivos. Assim, embora macroagrupamentos religiosos (católicos, evangélicos, sem religião etc.) tenham sido divulgados em caráter provisório, o IBGE ainda avalia a viabilidade de publicar os cruzamentos detalhados sobre religião, havendo um risco real de que esse grau de detalhamento se perca.

Os dados divulgados apontam uma virada de tendência histórica: no Censo 2022, que contou uma população brasileira de mais de 203 milhões de habitantes, a proporção de espíritas caiu para 1,80%, registrando retração em quase todas as unidades federativas. A Tabela 4 detalha a variação absoluta (mudança no número total de adeptos) e a variação relativa (mudança no percentual em relação à população do estado) para cada estado. Os dados revelam um panorama complexo e heterogêneo: enquanto a grande maioria dos estados registrou quedas expressivas, muitos acima de 15%, alguns poucos apresentaram crescimento expressivo, como Pernambuco e Tocantins, que mais que dobraram sua população espírita. Tais fenômenos demandam investigação local específica para serem adequadamente compreendidos.

Tabela 4 – Censo 2022

Estado	espíritas	população total	crescimento absoluto	crescimento relativo
AC	3.791	684.111	-13,88%	-7,67%
AL	17.288	2.663.229	10,80%	29,80%
AM	12.160	3.220.961	-12,73%	-5,75%
AP	3.087	600.810	15,27%	28,50%
BA	123.375	12.289.468	-19,96%	-8,73%
CE	43.194	7.609.732	-14,82%	-5,33%
DF	80.611	2.466.163	-10,38%	-6,60%
ES	30.188	3.338.667	-14,12%	-9,60%
GO	128.022	6.101.472	-14,71%	-16,08%
MA	11.011	5.713.029	-16,27%	-3,50%
MG	390.282	18.096.695	-5,16%	2,71%
MS	39.526	2.350.132	-14,63%	-11,47%
MT	33.685	3.093.527	-15,06%	-16,23%
PA	25.344	6.815.050	-16,42%	-7,00%
PB	22.108	3.433.350	-2,18%	7,33%
PE	96.380	7.820.402	173,99%	208,00%
PI	10.358	2.828.227	10,73%	22,00%
PR	104.621	9.985.563	0,17%	4,70%
RJ	499.189	14.143.202	-21,95%	-11,78%
RN	26.336	2.876.400	3,91%	14,38%
RO	7.483	1.349.714	-20,17%	-7,67%
RR	3.245	508.916	-19,70%	-29,11%
RS	274.787	9.606.782	-19,70%	-10,59%
SC	107.998	6.654.973	8,02%	1,44%
SE	21.309	1.904.894	-6,33%	1,64%
SP	1.135.067	39.164.502	-16,63%	-12,18%
TO	7.008	1.280.180	153,27%	173,50%

Fonte: Elaboração dos autores (2025), com base em IBGE (2025).

O Censo 2022 reafirmou traços do perfil espírita já observados em edições anteriores. O grupo manteve o mais alto nível socioeconômico e educacional entre as principais denominações. A média de rendimento mensal familiar permaneceu a mais elevada, e o grupo seguiu exibindo a menor taxa de analfabetismo do país (1%). Quase a metade dos espíritas (48%) declarou possuir ensino superior completo, um percentual significativamente maior que a média

nacional, enquanto apenas 11,3% se enquadraram na faixa de sem instrução ou com fundamental incompleto. A composição racial do grupo também se manteve distintiva, com 63,80% declarando-se brancos, contra 9% pretos e 26,30% pardos (IBGE, 2025), um perfil que reflete e dialoga com as marcantes desigualdades raciais e de acesso à educação no Brasil.

A distribuição geográfica também sofreu ajustes. A Região Sudeste se manteve como o grande reduto espírita do país, com 2,65% da população se declarando adepta da doutrina. A Região Sul assumiu a segunda posição (1,84%), enquanto o Centro-Oeste, que era o segundo maior reduto, caiu para a terceira colocação (1,67%). Os dados de 2022 também corroboram a tese de que a adesão ao espiritismo tende a ocorrer, em média, em idades mais avançadas se comparada a outras tradições religiosas.

O Censo 2022 mostrou que a proporção de mulheres no espiritismo aumentou, atingindo agora 60,60%. Embora a predominância feminina seja uma característica comum a várias denominações (evangélicos e religiões de matriz africana, por exemplo, têm entre 55% a 57% de mulheres), a disparidade de gênero é mais acentuada entre os espíritas, abrindo um campo para investigações futuras sobre os fatores sociais, doutrinários e culturais que tornam a doutrina particularmente atraente para o público feminino.

Conclusão

A análise da trajetória demográfica do espiritismo no Brasil, com base nos dados censitários de 1940 a 2022, demonstra não apenas uma história de crescimento constante em grande parte do período, mas também a profunda influência de fatores metodológicos e políticos na coleta de dados estatísticos. A crucial distinção das religiões afro-brasileiras em 1980 emerge como um divisor de águas que redefiniu radicalmente o perfil quantitativo do espiritismo, evidenciando como categorias censitárias podem moldar a percepção da realidade religiosa brasileira.

O perfil socioeconômico distintivo do espiritismo — caracterizado pelos mais altos índices de escolaridade e renda, predominância feminina e conversão na idade adulta — reflete dinâmicas sociais amplas, como as assimetrias raciais e

educacionais. A concentração regional nas regiões mais desenvolvidas, sudeste e sul, também enfatiza seu caráter urbano e de classe média.

Por fim, o declínio registrado no Censo 2022, ainda que sujeito às ressalvas metodológicas da pesquisa recente, sugere um possível ponto de inflexão na trajetória espírita, abrindo novas frentes de investigação para pesquisas futuras sobre a dinâmica das afiliações religiosas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- A IMPRENSA. Congresso Spirita no Brasil. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 9 set. 1900. p. 4.
- AMORIM, Deolindo. Orientação. **A Reencarnação**, Porto Alegre, set./out. 1949. p. 23-24.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Catolicismo. Catolicismos? In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 89-109.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 16 maio 2026.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 16 maio 2026.
- BRASIL. **Estatística do culto espírita do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.
- CARRANÇA, Thais. Avanço evangélico perde força e outros 7 dados inéditos sobre religião no Censo 2022. **BBC News Brasil**, São Paulo, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crk2p5xr0m7o>. Acesso em: 16 maio 2026.
- CUCHET, Guillaume. **Les voix d'outre-tombe**. Paris: Éditions du Seuil, 2012.
- DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- DE FARIAS, Luiz Antonio Chave; BECCENERI, Leandro Blanque; LONGO, Flávia Vitor; CHIROMA, Livian. **Tão ricos e tão escolarizados? O perfil sociodemográfico dos espíritas no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2017.

DE OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, 2005.

DO RIO, João. **As religiões do Rio**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

FEB. Fiquemos alertas. **Reformador**, Rio de Janeiro, nov. 1948a. p. 25.

FEB. Fiquemos alertas. **Reformador**, Rio de Janeiro, dez. 1948b. p. 6.

FEB. Fiquemos alertas. **Reformador**, Rio de Janeiro, jan. 1949a. p. 6.

FEB. Fiquemos alertas. **Reformador**, Rio de Janeiro, fev. 1949b. p. 11.

GAZETA DA TARDE. 1. Congresso Spirita no Brasil. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 15 set. 1898. p. 1-2.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. **Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos**. São Paulo: Contexto, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

IBGE. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. **Censo Demográfico 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE. **Censo Demográfico 1991: características gerais da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Tabela 2094: População residente por cor ou raça e religião. In: IBGE. **SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IBGE. **Metodologia do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. Tabela 9537: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por religião, segundo o sexo e os grupos de idade. In: IBGE. **SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9537>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IBGE. Histórico dos censos. **Memória IBGE**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 24 ago. 2025.

KARDEC, Allan. **Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos**, 1862. Disponível em: <https://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/revistaespirita/Revista1862.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

KARDEC, Allan. **Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos**, 1869. Reimpressão. Rio de Janeiro: FEB, 2005.

LEGOYT, A. La population de la France d'après le recensement de 1866. **Journal de la Société de statistique de Paris**, Paris, v. 13, n. 1, p. 1-10, 1872.

LEME, Sebastião. **Carta pastoral de Dom Sebastião Leme: saudando os seus diocesanos**. Petrópolis: Vozes, 1916.

LEWGOY, Bernardo. A contagem do rebanho e a magia dos números: Notas sobre o espiritismo no Censo de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 191-201.

LEWGOY, Bernardo. Uma religião em trânsito: o papel das lideranças brasileiras na formação de redes espíritas transnacionais. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 13, n. 14, p. 93-117, 2011.

LOUREIRO, Lúcia. **Memórias históricas do movimento espírita no Estado da Bahia: a saga dos pioneiros e a repercussão no Brasil**. Salvador: L.L., 2021.

MAFRA, Clara. O que os homens e as mulheres podem fazer com os números que fazem coisas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 37-47.

MENEZES, Renata de Castro. Às margens do Censo de 2010: Expectativas, repercussões, limites e usos dos dados de religião. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 329-346.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho; D'OLIVO, Natalino. **USE: 50 anos de unificação**. São Paulo: USE, 1997.

NOGUEIRA, Antônio Luiz Ramos. Alta política: cidadão ditador Deodoro. **Correio Paulistano**, São Paulo, 3 jun. 1890. [Secção Livre], p. 3.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 203-218.

RIBEIRO JÚNIOR, Adair. **A obra esquecida de Angeli Torteroli: o espiritismo no Brasil e em Portugal**. São Paulo: CCDPE-ECM, 2022.

STATISTIQUE DE LA FRANCE. **Résultats généraux du dénombrement de 1872**. Paris: Imprimerie Nationale, 1873.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013.

UNSD. **Demographic Yearbook: Population by religion, sex and urban/rural residence**. New York: United Nations, 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/products/dyb/index.cshtml>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WILLAIME, Jean-Paul. **A sociologia das religiões**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

ZANFER, Gustavo. Cancelamento do Censo 2021 deixa o Brasil às cegas em meio à pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/cancelamento-do-censo-2021-deixa-o-brasil-as-cegas-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 29 ago. 2025.